Ponto Final 13.04.16

Risco de terrorismo em Macau é "escasso"

O Procurador-Geral Adjunto Português justificou a sua opinião com a ausência no território de intervenientes que tenham estado no teatro da jihad, nomeadamente no Médio Oriente. Júlio Pereira esteve ontem na Fundação Rui Cunha para falar da resposta penal ao terrorismo.

São escassas as possibilidades de Macau ser alvo de um atentado terrorista semelhante aos que aconteceram em Paris ou Bruxelas. Esta é a opinião do Procurador Geral Adjunto da República Portuguesa, Júlio Pereira, que ontem esteve na Fundação Rui Cunha para falar da resposta penal ao terrorismo.

"Há uma grande ligação entre os atentados quem têm acontecido na Europa e as pessoas que passaram no teatro da jihad, seja na Síria, Iraque, Somália ou Afeganistão. Se formos ver a lista dos chamados combatentes estrangeiros, de facto eles são provenientes fundamentalmente de países do Norte de África, Arábia Saudita e de alguns países europeu", afirmou Júlio Pereira.

"Se considerarmos uma avaliação do risco em função desta realidade, naturalmente que o risco será escasso. Hoje ninguém pode dizer que não vai acontecer uma coisa dessas. Mas os indícios com base nesta perspectiva não apontam no sentido de [Macau] estar sobre forte ameaça", acrescentou.

A posição do antigo Alto-Comissário Adjunto contra a Corrupção e a Ilegalidade Administrativa de Macau (hoje CCAC) é contrária ao relatório publicado, em Janeiro, pela consultora Steve Vickers and Associates Limited.

No relatório a consultora, que está sedeada na vizinha Região Administrativa Especial de Hong Kong, afirma que a existência, em Macau, de interesses chineses, americanos e judeus faz do território um potencial alvo para acções de extremistas islâmicos.

Perante um auditório que acolheu cerca de 50 pessoas, Júlio Pereira admitiu a dificuldade em lidar com o problema do terrorismo do ponto de vista penal, uma vez que os autores dos atentados na maior parte dos casos acabam por morrer.

"A verdade é que precisamos de um direito penal que previna a ocorrência de atentados terroristas. Mas não vimos um direito penal moldado para isso. Aliás este processo só começa com a notícia do crime. O direito penal é essencialmente reactivo", explicou tendo por base a legislação portuguesa, que é a base do Direito no território de Macau.

Neste sentido, o especialista falou da possibilidade de se afirmar um "direito penal preventivo", em que a investigação, ou fase de inquérito, começaria antes do acontecimento do crime. Júlio Pereira explicou também que a criminalização de actos preparatórios de um crime é já, de certa forma, a aplicação de um direito penal preventivo.

No evento estiveram presentes várias pessoas ligadas ao sector do Direito de Macau, entre eles a jurista Cristina Ferreira. Numa pergunta dirigira ao orador, a jurista defendeu que também Macau "está na iminência de, provavelmente, ter que rever a lei penal em função das novas exigências [do terrorismo]".

13.04.16 Tribuna

JÚLIO PEREIRA ANALISA FENÓMENO À ESCALA MUNDIAL

Risco de terrorismo em Macau é "escasso"

Júlio Pereira, procurador-geral adjunto em Portugal, considera que é pouco provável que a RAEM venha a ser atingida por um acto terrorista. O antigo adjunto do primeiro alto Comissário contra a Corrupção de Macau acredita que a Europa deve trabalhar em mecanismos de prevenção dos actos terroristas sendo que as chamadas "medidas securitárias" só devem ser postas em prática quando consolidarem ou aumentarem a liberdade

Inês Almeida

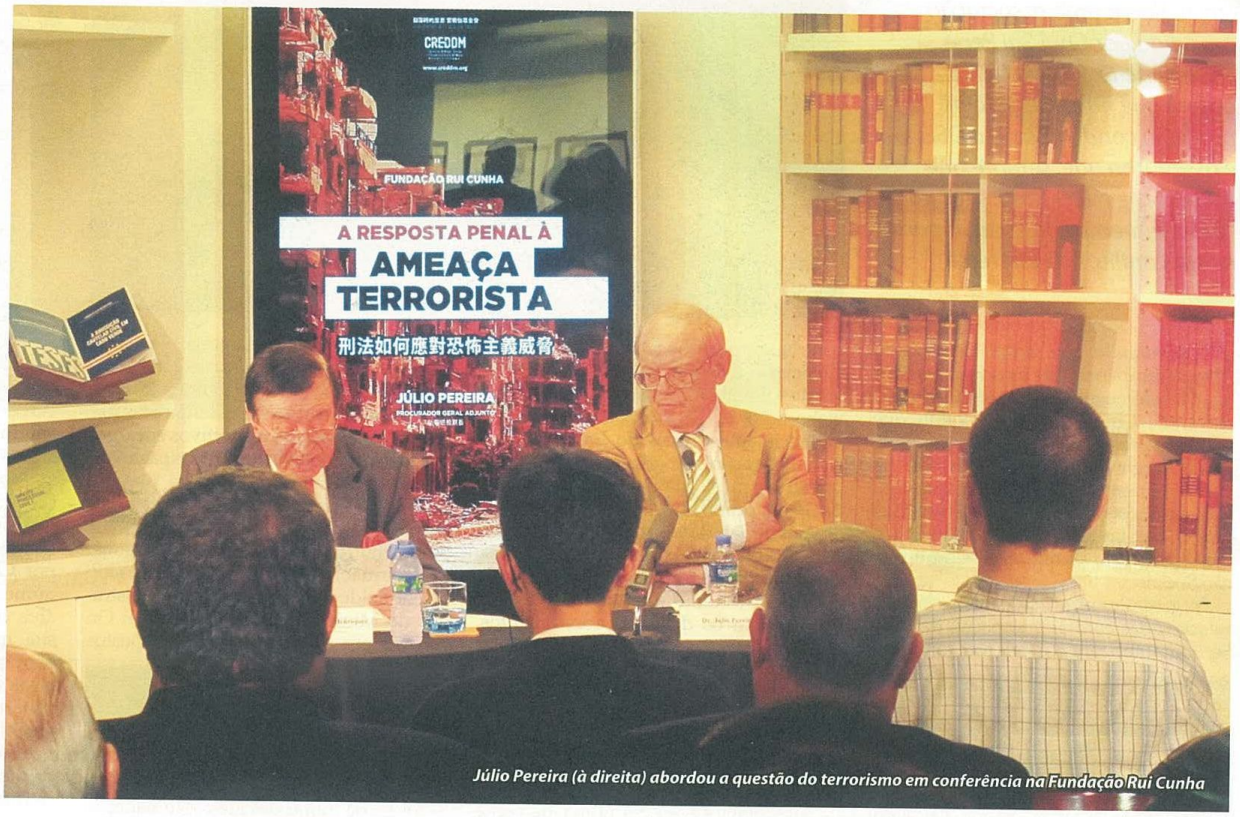

FOTO JTM

Júlio Pereira (à direita) abordou a questão do terrorismo em conferência na Fundação Rui Cunha

Ainda que lugar nenhum do mundo se possa considerar seguro, o risco de um atentado terrorista em Macau é reduzido, acredita Júlio Pereira, procurador-geral adjunto em Portugal que dirige o Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) desde 2005. "O risco [de um atentado em Macau] será escasso. Ninguém pode dizer que não vai acontecer mas os indícios não apontam nesse sentido", frisou o mesmo responsável, que ocupou o cargo de Alto Comissário Adjunto contra a Corrupção e a Ilegalidade Administrativa de Macau entre 1992 e 1995.

A opinião de Júlio Pereira vem contrariar a tese defendida por Steve Vickers, ex-director do Gabinete de Inteligência Criminal de Hong Kong, que em Janeiro advertiu que, embora não seja o principal risco que Macau enfrenta, a ameaça do terrorismo fundamentalista islâmico existe, pelo que deve haver um maior investimento nas questões de segurança. Em declarações à Rádio Macau, Vickers salientou que Macau apresenta "determinadas características" ao nível do jogo, do investimento norte-americano e do envolvimento de algumas personalidades judaicas famosas na gestão ou propriedade de casinos, apresentando-se, por isso, como "um alvo mais do que qualquer outro território na região".

> "Nunca passou pela cabeça de ninguém da Fundação [da Escola Portuguesa] colocar em causa o património que a escola representa do ponto de vista arquitectónico"
>
> Júlio Pereira

Na conferência que decorreu ontem à tarde e encheu a Fundação Rui Cunha, subordinada ao tema "A resposta penal à ameaça terrorista", Júlio Pereira começou por distinguir os actos terroristas da actualidade daqueles que eram praticados na segunda metade do século XX. "Neste momento não se sabe o que pode acontecer e onde. No século XX havia uma maior previsibilidade".

Além disso, segundo o procurador-geral adjunto, actualmente "o jihadista já não procura qualquer espécie de reconhecimento". "Se verificarmos o que se passa hoje com o Estado Islâmico, eles combatem toda a gente e a única forma de reconhecimento que aceitam é o do próprio califa. Nada mais interessa".

Nesse sentido, realçou que os ataques são por norma "mega-prolíferos" procurando "fazer o máximo de vítimas". "E ainda por cima têm uma invocação de índole religiosa. Não há legitimidade nenhuma para os assassínios em massa", disse.

No que respeita à prevenção destes actos, Júlio Pereira reconheceu que se trata de um processo complexo em que "medidas securitárias" ou a abertura de processos mediante suspeitas de envolvimento em actividades terroristas, "só são legítimas quando consolidarem ou aumentarem a nossa liberdade", já que os actos terroristas estão a levar a uma perda deste direito.

A questão da liberdade

Outra das hipóteses por si adiantadas é a criação de um "sistema preventivo" no seio do processo penal. No entanto, esta opção poderia requerer o recurso a medidas como escutas telefónicas e aí, refere, surge a questão: como protegemos os direitos, liberdades e garantias da pessoa?

A questão da liberdade é apontada como central por Júlio Pereira, que descreve o impacto do terrorismo neste direito fundamental de todos os cidadãos. "A verdade é que vamos perdendo liberdade, que não é apenas uma palavra, ela significa autonomia sem qualquer tipo de privação de fazer aquilo que legalmente podemos", frisou.

"Hoje as pessoas têm medo de ir a determinados locais ou cidades. Se vão para um aeroporto procuram evitar sítios com concentração de pessoas. Olham desconfiados para determinados perfis. As praias no Mediterrâneo, em muitos países, estão completamente vazias e isso representa a perda de liberdade porque as pessoas já não fazem aquilo que quereriam fazer", lamentou.

> "A verdade é que [com o terrorismo] vamos perdendo liberdade, que não é apenas uma palavra, ela significa autonomia sem qualquer tipo de privação de fazer aquilo que legalmente podemos
>
> Idem

Júlio Pereira atentou ainda naquilo que chamou de "apologia indirecta do terrorismo" que engloba actos por si só inofensivos como distribuir mensagens em defesa do Estado Islâmico pela rua e numa nova tipologia de terroristas. "Há uma categoria de terroristas que são os frustrados que, não conseguindo ir para os países da 'jihad', fazem atentados nos próprios países".